

Sugestões para conter hiperinflação

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A necessidade de o governo demonstrar claramente sua disposição de conter o déficit público, através de medidas austeras e enérgicas, para evitar a hiperinflação, é salientada no documento de seis páginas entregue ontem ao presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, por um grupo de empresários liderados pelo presidente da FIESP, Mário Amato. O documento, que propõe um programa mínimo de governo capaz de assegurar a estabilidade institucional e a normalidade do processo sucessório, é o resultado de uma reunião realizada em São Paulo, no último dia 14, com oitenta dos maiores empresários do País.

"Preferimos encaminhar a nossa sugestão à apreciação do Congresso Nacional, por acreditar que essa instituição é o veículo de transmissão dos anseios da sociedade brasileira, o elo de ligação entre a vontade dos cidadãos e o poder Executivo", afirma Amato na abertura do documento. Sem querer entrar no mérito do insucesso do Plano Verão, os empresários, ao elaborar o plano, querem evitar "nova tentativa de interferir na ordem econômica com medidas artificiais".

Diversos empresários estiveram em Brasília, para a entrega das propostas. Eles fazem questão de fritar, porém, que o documento "não é uma panaceia. Estamos entregando

à classe política, para que ela tome as atitudes que desejar", afirmou Mário Amato.

O presidente da Febraban, Léo Cochrane, e o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, estavam presentes. Representantes de praticamente todos os partidos políticos — exceção do PT — foram à entrega do documento. Os empresários querem que as propostas tenham um encaminhamento urgente.

Abaixo a íntegra de documentos dos empresários:

No dia 14 deste mês, cerca de 80 dos mais expressivos empresários do País (em anexo, a lista de presença) reuniram-se em São Paulo para discutir alternativas para a superação da crise na qual estamos imersos. Conclusão unânime foi a necessidade de ser estabelecido um programa mínimo de governo que assegure a estabilidade institucional e garanta a evolução normal do processo sucessório bem como o primeiro mês do mandato do futuro presidente da República.

Não é intenção dos empresários, senhor Presidente, se sobreponrem aos poderes constituintes da Nação. Apenas entendemos que, em um momento como o que estamos atravessando, é preciso a união de todos os cidadãos brasileiros em torno de objetivos comuns, capazes de preservar a normalidade democrática e estimular a retomada do desenvolvimento econômico. A nossa sugestão, portanto, deve ser encarada como é: apenas e tão-somente a proposta de um segmento da sociedade brasileira, preocupado com a preservação da democracia e a estabilidade política. A nossa pretensão, repetiu, é apenas fornecer subsídios ao Congresso Nacional, na esperança de que encaremos juntos, soluções para as dificuldades que estamos passando.

Sabemos que as dificuldades não são poucas. Se a adoção do Plano Verão significou uma medida corajosa para evitar a hiperinflação, precisamos reconhecer hoje, os sinais evidentes de que seus efeitos se esgotaram. A perspectiva de inflação deste mês é sinalização clara para que novas providências sejam adotadas o quanto antes.

Não é o caso de se discutir as razões do insucesso de mais essa tentativa do governo. Os problemas enfrentados pela

economia brasileira são extremamente complexos e eleger um culpado, nessa hora difícil, apenas contribuiria para reduzir as possibilidades de entendimento e equacionamento da crise. Uma conclusão, porém, parece certa: a inconveniência de mais uma nova tentativa de interferir na ordem econômica com medidas artificiais. O mercado reage sistematicamente com suas próprias forças e o resultado tem sido sempre oposto àquele pretendido pelo governo. Casos, por exemplo, como o aumento das taxas de juros, que provoca o aquecimento da demanda; do congelamento de preços, que faz com que o mercado pratique preços de equilíbrio e, por outro lado, exacerbe a demanda, pois o consumidor teme as consequências de um novo desabastecimento. Outra consequência, não menos grave, é o estímulo ao surto de greves na busca desordenada da reposição do poder de compra dos trabalhadores.

Esses fatos, senhor Presidente, ocorrem às vésperas de uma eleição presidencial ansiosamente aguardada por todos — ainda mais porque após quase trinta anos, teremos a escolha do futuro presidente por eleição direta —, o que agrava ainda mais o tumultuado quadro atual. E preciso agir antes que um eventual colapso da ordem econômica inviabilize o reencontro entre governantes e governados, condição indispensável para que atinjam os modernizadores.

E esse desafio que se coloca aos congressistas, empresários e a todo cidadão de bom senso: enfrentar e manter vivas as condições de governabilidade do País até a posse do próximo presidente. O caminho é evitar a hiperinflação e resgatar a credibilidade na política econômica, sem impor ao futuro presidente limitações que inviabilizem sua gestão.

Essa ação deve ser articulada de tal maneira que não afronte o Executivo e angarie a simpatia dos candidatos à sucessão que, afinal, serão os principais beneficiados.

A idéia é interferir minimamente nos parâmetros da economia. A experiência demonstrou que alterações bruscas nas regras do jogo não trazem a estabilidade desejada. O que se pretende, ao contrário, é justamente explicitar e garantir a permanência de algumas regras consensuais de balizamento da economia, principalmente a independência, homogeneidade e universalidade do seu sistema de indexação.

Sejamos realistas. O momen-

to não aconselha utopias e sonhos inalcançáveis. Ao invés de buscar pouco prováveis taxas de inflação de um dígito, devemos cuidar de evitar a escalada hiperinflacionária. Para que isso ocorra, acreditamos ser indispensável que o governo demonstre claramente sua disposição de conter o déficit público, mediante adoção de medidas austeras e enérgicas. O caso da Bolívia demonstrou que nem sempre as medidas impopulares, quando necessárias, espantam o eleitor consciente.

Preferimos encaminhar a nossa sugestão à apreciação do Congresso Nacional por acreditar que essa instituição é o veículo correto de transmissão dos anseios da sociedade brasileira, o elo de ligação entre a vontade dos cidadãos e o Poder Executivo. A legitimidade que os parlamentares adquiriram, através do voto os credencia a agir neste momento de dificuldades, no qual o heroísmo deve ser substituído pela coragem. Só assim o País poderá se conciliar e cumprir os seus desígnios mais elevados.

Não é intenção da classe empresarial apresentar um plano acabado de governo, mas sim elencar algumas providências a serem tomadas pelo Congresso Nacional, que ensejem a normalidade da transição política deste para um novo governo. Tal programa, deverá vigorar, através de lei votada pelo Legislativo, até trinta dias após a posse do novo presidente da República.

Tendo em vista a dimensão da interferência do Estado na economia brasileira é de bom senso que as recomendações se iniciem pelo balizamento da contribuição do Poder Executivo, de cuja atuação dependerá a eficácia do programa antiinflacionário com a adesão da sociedade até para a hipótese de novos sacrifícios.

Assim, sem obedecer a uma hierarquia de prioridades, é considerado fundamental que o Poder Executivo se obrigue a: 1. colocar à venda, em caráter imediato, todos os imóveis e ativos societários não utilizados diretamente nas atividades fins do Estado;

2. realinhar criteriosamente as tarifas e preços públicos que se encontram defasados;

3. reduzir os efetivos de pessoal até atingir o máximo constitucional de gastos no limite de 65% da arrecadação;

4. proibir o início de qualquer obra ou programa de gastos, sem que hajam recursos orçamentários correspondentes, e que não se destinem às áreas prioritárias de saúde, segurança e educação;

5. assegurar a confiabilidade e a independência dos órgãos que aferem o indexador da economia;

6. assegurar à Nação que títulos públicos serão honrados nos seus prazos de vencimentos e que a moeda não será aviltada, mediante rigoroso controle da expansão monetária;

7. garantir gestão profissional para as empresas estatais produtivas, com determinação explícita para que sejam administrados seus débitos e déficits, sem aportes ou socorro por parte do poder público;

8. corrigir a política cambial e manter um alinhamento realista;

9. garantir que os fundos sociais terão a sua aplicação restrita à finalidade para os quais foram criados.

Ao Congresso Nacional, que examinará a oportunidade de transformar em lei as sugestões aqui propostas, incumbirá a efetiva e rigorosa fiscalização do cumprimento das metas de austeridade aqui delineadas, bem como o compromisso de não propor ou aprovar qualquer aumento de dispêndio global, além do que já consta no orçamento de 1989.

Caberá, também, ao Congresso assegurar o salário das classes trabalhadoras, nas faixas de menor renda, de forma a garantir seu poder aquisitivo.

Os empresários, por sua vez, comprometem-se a continuar investindo com recursos próprios nas suas atividades econômicas, a fim de propiciar o crescimento da produção e da atividade econômica em geral, propiciando uma melhor distribuição de renda.

Comprometem-se, ainda, a apoiar uma política de liberação progressiva da importação, através da redução dos ônus que sobre ela recaem atualmente, propiciando progressivo aumento da atividade industrial com a sua modernização e aumento da competitividade.

Apoiam igualmente, a política do corte de subsídios e incentivos dentro do limite constitucional.

Acreditam os empresários que essas providências mínimas vão assegurar ao Congresso Nacional condições de obter o apoio dos trabalhadores, mediante negociações que, certamente, serão levadas a efeito.

Acreditam, também, que o governo brasileiro, munido de um programa mínimo votado pelo Congresso Nacional, terá mais condições de negociação com os credores externos, já que contará com o apoio da própria sociedade, através de seus representantes, e não somente de novas cartas de intenções, que, por se repetirem no tempo, perderam credibilidade e força de negociação.

Certamente, as sugestões aqui trazidas pelos empresários deverão passar por modificações antes que se chegue à forma ideal para incorporação em lei.

E importante, agora, que ca-

da segmento da sociedade empreste seu aval ao Congresso.

O essencial é que todos tenham consciência de que a inércia conduzirá inexoravelmente ao sacrifício máximo, política e economicamente.

Trata-se pois, de antecipar os acontecimentos, partilhando sacrifícios menores, visando ao objetivo maior de dar condições plenas de operacionalidade do sistema econômico, ensinando ao País a escolha do seu futuro presidente da República em um clima de ordem e tranquilidade.

Mário Amato

Lista dos participantes da reunião do dia 14 de junho de 1989, às 19 horas, realizada na rua Guadalupe, 663 — Jardim América.

Abram Szajman; Alex Periscino; Albano Franco; Arthur João Donato; Amaury Temporal; Abílio Diniz; Alfredo Burghi Jr.; André La Saigne Botton; Antônio Carlos Borges; Ângelo Calmon de Sá; Antônio de Pádua Rocha Diniz; Alberto Cavalcanti Figueiredo; Benedito Dário Ferraz; Bernardo Goldfarb; Cláudio Bardella; Celso Neves; Carlos Eduardo Moreira Ferreira; Carlos Alberto Sicupira; Carlos Antônio Roccia; Carlos Joaquim Tavares; Daniel Sahagoff; Edmund Klotz; Eurico Ribeiro; Eduardo Leopoldo e Silva; Edson Bussonaro; Flávio Telles de Menezes; Felipe Fiigliolin; Frederico Lungren; Fernão Bracher; Geraldo Viana; Hugo Miguel Etechnique; Henrique Sérgio Gregori; Jacks Rabinovich; João Guilherme Sabino Ometto; José Luiz Zillo; José Ermírio de Moraes Filho; José Ermírio de Moraes Neto; Jacy Mendonça; Jorge Simeira Jacob; José Carlos Moraes de Abreu; José Ephim Mindlin; José Augusto Arantes Savasini; Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho; Luiz Carlos Mandelli; Luiz Paulo Rosenberg; Lamartini Navarro Júnior; Luiz Américo Medeiros; Luiz Fernando Macedo; Luiz Sebastião Sandoval; Leo Wallace Cochrane Júnior; Lázaro Brandão; Mário Amato; Max Feffer; Miguel Sérgio Mauad; Marcel Solimeu; Mamede Paes Mendonça; Mário Busab; Michel Pinot; Norberto Odebrecht; Ney Lima Fiigliolin; Omar Carneiro da Cunha; Otávio Cavalcanti Lamcombe; Olavo Barbosa; Ozires Silva; Paulo de Queiroz; Pedro Armando Eberhardt; Paulo Guilherme A. Cunha; Pedro Conde; Romeu Trussardi Filho; Romeu Chap Chap; Roberto Rodrigues; Ruy Martins Altenfelder Silva; Roberto della Manna; Roberto Levy; Renato C. Cury; Raul Milton Souza Sulzbacher; Roberto Maisonneuve; Sebastião Ubson Ribeiro; Salvador Firace; Silvio Bresser Pereira; Tiheres Fattori Costa; Telerson Soares Penido; Thomaz Jorge Farkas; Werther Annichino; Walter Sacca.